

OK



OK

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CONSELHO DE ENSINO - CONEN

ATA DA I SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ENSINO - CONEN
RIO DE JANEIRO, 25/04/2017.

5 Às treze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e cinco do mês de abril do ano dois mil e dezessete, no auditório dois da unidade Maracanã, realizou-se a primeira sessão ordinária do Conselho de Ensino. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Aldecir Alves de Araújo, Laércio Costa Ribeiro, Ricardo Alexandre Amar de Aguiar, Rosana Dischinger Miranda, Caio César Castro, Ana Carolina Ferraz dos Santos, Thiago Rodrigues da Silva, Cristina Gomes de Souza, Paulo Lúcio Silva de Aquino e Julius Monteiro de Barros Filho. Como convidados estiveram presentes os seguintes professores: Fábio Simone, do Departamento de Administração, Rosane Manfrinato de Medeiros Dias, da Coordenação de Turismo e Rafaela Oliveira Moreira da unidade Nova Friburgo. Iniciando a

10 **senhora presidente cumprimentou a todos e encaminhou a ata da última sessão ordinária do ano dois mil e dezesseis que foi aprovada por unanimidade.** A seguir passou aos itens do primeiro ao sexto da ordem do dia que versam sobre: Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração – modalidade integrado - campus Maracanã, Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração – modalidade subsequente – campus Maracanã, Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – modalidade integrado – campus Maracanã, Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – modalidade subsequente – campus Maracanã, Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Guia de Turismo – modalidade integrado - campus Maracanã e o Projeto Pedagógico do Curso de Administração – Bacharelado - campus Maracanã. Comentou a análise e as observações feitas pela equipe pedagógica da Diretoria de Ensino e também se referiu aos manuais que devem

15 nortear a elaboração dos PPCs, que estão acessíveis na página do Cefet. Falou sobre avaliações dos cursos e os itens examinados na documentação disponibilizada para os avaliadores. Lembrou que temas como Étnico Racial e Direitos Humanos, embora a resolução seja dois mil e doze, só agora eles passaram a conferir se realmente constam da grade de disciplinas dos cursos de graduação, frisando que os projetos de curso têm que citar a legislação. Disse também que o tema Étnico Racial deve ser abordado tanto nos cursos técnicos como nos cursos de graduação. Informou que o Núcleo de Apoio às pessoas com necessidades especiais – NAPNE deve constar do projeto de curso e também ser do conhecimento de todos os alunos. Falou da avaliação dos cursos de graduação que está acontecendo agora e da avaliação dos cursos técnicos está sendo preparada. Disse que ainda não está sendo aplicada, mas já teve em mãos um instrumento de avaliação e que este é muito parecido com o da graduação. Neste instrumento é observado o objetivo projeto, estrutura, bibliografia, conteúdo, legislação, perfil do egresso. Lembrou que antigamente existia apenas a grade curricular, e falou da importância dos novos indicadores.

20 Destacou que para apoiar os professores e os conselheiros a DIREN conta com uma equipe pedagógica que analisa os PPCs antes de serem levados ao conselho. A seguir leu as observações feitas pelas pedagogas e falou que no caso de algum conselheiro apresentar dúvidas existe esta equipe que poderá ajudá-lo. Falou sobre as aprovações de PPCs com observações, no entanto, os resultados não são os esperados, pois não está havendo o retorno do documento com as devidas correções. Falou que algumas propostas alterando o número de alunos, modalidade ou periodicidade devem seguir até o CODIR uma vez que outras questões serão observadas como, por exemplo, espaço físico, aumento do número de alunos. Já o conteúdo sua aprovação será no conselho de ensino. Assim a senhora presidente ofereceu a palavra aos conselheiros. A Prof.^a Rosana colocou que as informações contidas nos PPCs por mais que pareçam repetitivas de um documento para outro devem ser consideradas pois cada curso será avaliado isoladamente. Aproveitou para agradecer a equipe pedagógica pelo trabalho, pois os conselheiros não têm condições de comparar o que é preciso em todos os projetos pedagógicos, e são pequenos detalhes que se não constarem no documento prejudicam as avaliações. Falou também sobre o não retorno dos projetos com as correções apontadas e a necessidade de se colocar na página a versão correta e aprovada. A Prof.^a Gisele complementou que sem isso não poderá ser divulgado no site institucional. Continuando a conselheira indicou duas alternativas, a saber: retornaria à pauta do CONEN com as correções para aprovação, ou seria encaminhado para equipe pedagógica da DIREN em até trinta dias, que após a conferência encaminharia à diretora de ensino para emissão de uma resolução aprovando o PPC, sendo então liberado para divulgação. Após os debates foi aprovada por unanimidade a segunda alternativa. Seguindo passou-se ao item nove da ordem do dia: Proposta de Curso novo (PAC): Curso Técnico de Petróleo e Gás – modalidade Integrado – campus Maria da Graça. A Prof.^a Gisele falou sobre os processos recebidos na DIREN, PACs – Projetos de Abertura de Cursos e explicou a tramitação desses projetos. Fez várias ponderações com relação aos processos e apresentou o resultado da votação do curso em questão na reunião do CONPUS que foi: sete votos não favoráveis, três favoráveis e uma

25

30

35

40

45

50

[Handwritten signature]

abstenção. Falou sobre a resolução que norteia a criação de novos cursos e afirmou a importância da aceitação de um curso na própria unidade. Fez uma observação, que considera muito importante, quanto à duração que vai além dos quatro anos estando em discordância com o PDI. Citou a questão da biblioteca onde é indicada a falta de espaço físico para que a mesma funcione. Outro ponto notado é que a coordenação do ensino médio foi contrária à criação do curso, pois geraria uma sobrecarga de trabalho levando à necessidade de contratação de novos professores. Lembrou que com o corte orçamentário feito pelo governo as contratações serão pontuais e não mais como aconteceu no passado e ainda, a DIRAP informou que a instituição não terá recursos financeiros disponíveis para contratação em dois mil e dezessete e dois mil e dezoito. O conselheiro Thiago mostrou não entender por que as propostas vieram para o CONEN tendo em vista que não foram aprovadas nos conselhos internos. O conselheiro Ricardo destacou que aqui no Maracanã os cursos de graduação ou técnicos tem que ser aprovados nos seus respectivos conselhos, ou seja, CONDEPE e CONDMET caso contrário não seguem para outras estâncias. A Prof.^a Gisele sugeriu e foi aprovado pelos conselheiros levar ao CEPE a sugestão de um parágrafo na resolução sobre a criação de cursos com o seguinte teor: “em se tratando das unidades o projeto de curso que não for aprovado no CONPUS e no Maracanã, pelo CONDEPE ou CONDMET não seguirá para as estâncias superiores, encerrando aí o processo”. O conselheiro Thiago comentou que além de não haver espaços físicos disponíveis e recursos orçamentários para novos cursos os professores estão sobrecarregados. O conselheiro Aldecir falou sobre o alto custo do curso e de sua sazonalidade lembrando que já foi feito um estudo aqui no Campus Maracanã comprovando isto, e sugeriu a oferta no formato especialização pós-técnico na área de petróleo e gás que seria muito mais viável para o CEFET. Colocou que o SENAI já ofereceu esse curso e acabou. Complementando a Prof.^a Gisele disse que no momento de poucos recursos é importante se recriar e oferecer novas alternativas. Assim, foi negada por unanimidade a abertura do curso Técnico de Petróleo e Gás na unidade Maria da Graça. Assunto definido passou aos itens sete e oito respectivamente da ordem do dia: Proposta de Curso Novo(PAC) – Curso Técnico em Sistemas de Energias Renováveis – Concomitância Externa e, Proposta de Curso Novo(PAC) – Curso Técnico em Sistemas de Energias Renováveis – Integrado. O Prof. Thiago e a Prof.^a Ana Carolina explicaram como se deu o processo no CONPUS: a proposta da modalidade integrada deu empate e na modalidade da concomitância externa foi aprovada. A Prof.^a Gisele questionou o empate uma vez que o presidente tem o voto de qualidade e desempata e a conselheira Ana Carolina explicou que como o presidente estaria diretamente envolvido com a abertura do curso preferiu deixar a decisão para o conselho. O conselheiro Thiago argumentou que para ele empate não quer dizer aprovado e devemos trabalhar com a realidade atual. Ponderou que não se pode montar um curso pensando em um recurso futuro ou doação de um laboratório por uma entidade. Questionou ainda sobre a possibilidade de um compromisso de contratação docente para abertura do curso e a Prof.^a Gisele disse que no momento isto é bastante difícil, pois as vagas para contratação serão disputadas uma a uma. A Prof.^a Rosana colocou o seu entendimento com relação a questão levantada pelo conselheiro Thiago qual seja, existiria na instituição algum órgão que pudesse garantir essas contratações e, continuando respondeu que ela acha que não haveria. A Prof.^a Gisele complementou dizendo achar muito difícil. A seguir a senhora presidente apresentou os resultados da votação do projeto Curso Técnico em Sistemas de Energias Renováveis – Integrado: cinco votos favoráveis, cinco votos contrários e três abstenções e observou que este empate jamais poderia acontecer. O Prof. Aldecir observou que estes cursos estão voltados para área de eletrônica ou eletrotécnica, que não devem ser de formação e sim de uma especialização e não vê potencial de empregabilidade voltando a sugerir um curso pós-médio no formato especialização. Finalizadas as argumentações as propostas foram reprovadas por unanimidade. Continuando passou-se ao último item da ordem do dia: calendário das reuniões do CONEN. Lembrou que este ano no segundo semestre haverá eleição para o CONEN e pediu que aqueles que puderem pensem na possibilidade de se recandidatarem. Apresentou os critérios que utilizou para a escolha das datas, como calendário dos outros conselhos, suas viagens para as reuniões do FDE destacando que se caso necessários acontecerão reuniões extraordinárias. Assim sendo o calendário dois mil e dezessete foi aprovado por unanimidade. Seguindo passou-se ao item assuntos gerais, onde a Prof.^a Gisele falou sobre as três avaliações de cursos pelo MEC que estão acontecendo na unidade Maracanã, agradeceu o empenho dos conselheiros em dois mil dezesseis e parabenizou o trabalho da equipe pedagógica da DIREN. E, não havendo mais nada a ser tratado deu por encerrada esta sessão da qual lavei a presente ata.

105 
Maria Inês Borçati
Secretária do Conselho de Ensino 


Gisele Maria Ribeiro Vieira
Presidente do Conselho de Ensino